

SUMÁRIO

EDITAL SISTEMATIZADO	29
CAPÍTULO 1	
NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	31
1. Direito Processual Civil: conceito	31
2. As Normas Fundamentais do Direito Processual Civil	31
2.1. Os Princípios e as Regras Processuais.....	31
2.2. Normas Fundamentais do Processo Civil (Princípios e regras).....	32
2.2.1. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear....	32
2.2.2. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	32
2.2.3. Impulso Oficial	33
2.2.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	33
2.2.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.....	34
2.2.6. Princípio da Duração Razoável do Processo	34
2.2.7. Princípio da boa-fé processual	35
2.2.8. Princípio da Cooperação Processual	35
2.2.9. Princípio da Isonomia.....	36
2.2.10. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	36
2.2.11. Princípio do Contraditório Dinâmico.....	37
2.2.12. Princípio da Fundamentação Analítica.....	37
2.2.13. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica	38
2.2.14. Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual	39
2.2.15. Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico....	40
2.2.16. Outros Princípios Processuais	41
3. A Norma Processual Civil	42
3.1. Definição de Lei Processual Civil	42
3.2. Interpretação da norma processual	42
4. Direito Processual Intertemporal	43
4.1. Introdução	43
4.2. Critérios	43
5. Resolução de questões.....	45

CAPÍTULO 2

JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO E PROCESSO	51
1. Jurisdição	51
1.1. Conceito, princípios, natureza e classificações da jurisdição	51
1.2. Limites da jurisdição nacional	53
1.3. Cooperação internacional	54
2. Competência	54
2.1. Definição.....	55
2.2. Regra da perpetuação da competência	55
2.3. Competência da Justiça Federal	57
2.4. Competência nas ações de direito pessoal e direito real sobre bem móvel.....	59
2.5. Competência para as ações fundadas em direito real sobre imóveis...	60
2.6. Exceções à regra de competência das ações pessoais.....	61
2.7. Modificação Legal da Competência	63
2.8. Foro de eleição	65
2.9. Incompetência	65
2.10. Conflito de competência	67
2.11. Cooperação nacional	68
2.12. Dos atos concertados entre os juízes cooperantes.....	68
3. Ação	68
3.1. Conceito.....	68
3.2. Elementos identificadores da ação	68
3.3. Condições da Ação	70
3.4. Classificação	71
4. Processo	71
4.1. Natureza jurídica	71
4.2. Processo e Relação Jurídica Processual	72
4.3. Pressupostos processuais	72
5. Questões.....	74

CAPÍTULO 3

SUJEITOS PROCESSUAIS	81
1. Dos sujeitos do processo	81
1.1. Das partes e dos seus procuradores.....	81
1.1.1. Capacidade de ser parte.....	81
1.1.2. Capacidade da pessoa jurídica.....	82

1.1.3.	Vício por incapacidade processual ou irregularidade da representação da parte	83
1.1.4.	Deveres das partes	83
1.1.5.	Sentidos da expressão “parte”	84
1.1.6.	Legitimação extraordinária.....	85
1.1.7.	Alienação da coisa litigiosa.....	85
1.1.8.	Sucessão processual	86
1.1.9.	Dos Procuradores	86
1.2.	Responsabilidade das partes por dano processual.....	87
1.3.	Despesas, Honorários Advocatícios e Multas	88
1.3.1.	Despesas	88
1.3.2.	Honorários advocatícios	89
1.3.3.	Multas	92
1.3.4.	Caução real do residente no exterior.....	92
1.4.	Gratuidade da Justiça.....	92
2.	Litisconsórcio	93
2.1.	Definição	93
2.2.	Classificação do litisconsórcio	93
3.	Intervenção de terceiros	96
3.1.	Observações gerais	96
3.2.	Da Assistência	97
3.2.1.	Definição.....	97
3.2.2.	Modalidades de assistência	97
3.2.3.	Procedimento de ingresso do assistente.....	98
3.2.4.	Requerimento de assistência formulado pela União.....	98
3.3.	Da Denúnciação da Lide	98
3.3.1.	Definição.....	98
3.3.2.	A provocação da denúnciação da lide.....	99
3.3.3.	Cabimento da Denúnciação da Lide	100
3.4.	Do Chamamento ao Processo	101
3.4.1.	Definição.....	101
3.4.2.	Da admissibilidade do Chamamento ao Processo.....	101
3.4.3.	Da sentença de procedência.....	101
3.5.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	102
3.5.1.	Definição.....	102
3.5.2.	Desconsideração requerida na própria inicial.....	102

3.5.3.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente	102
3.5.4.	Admissibilidade do incidente e procedimento.....	102
3.6.	Do <i>Amicus Curiae</i>	103
3.6.1.	Definição.....	103
3.6.2.	Limitação à legitimação recursal do <i>Amicus Curiae</i>	103
4.	Do juiz e dos auxiliares da justiça	104
4.1.	Incumbências do juiz.....	104
4.2.	Proibição do <i>non liquet</i>	104
4.3.	Decisão por equidade	105
4.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei	105
4.5.	Responsabilidade civil do juiz	105
4.6.	Impedimento e Suspeição do Juiz	105
4.7.	Arguição de Impedimento ou de Suspeição.....	107
4.8.	Auxiliares da Justiça.....	108
4.8.1.	Observações gerais	108
4.8.2.	Oficial de justiça	109
4.8.3.	Escrivão ou chefe de secretaria.....	109
4.8.4.	Perito	110
4.8.5.	Conciliadores e Mediadores Judiciais.....	110
5.	Ministério Público	114
5.1.	Perfil Constitucional	114
5.2.	Intervenção como parte	114
5.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica	114
5.4.	Poderes investigatórios	114
5.5.	Responsabilidades	115
5.6.	Impedimentos e suspeição	115
6.	Advocacia pública.....	115
6.1.	Atribuição	115
6.2.	Prerrogativas das pessoas jurídicas de direito público	115
7.	Defensoria pública	116
7.1.	Missão institucional	116
7.2.	Prerrogativa	116
8.	Questões	116

CAPÍTULO 4

ATOS PROCESSUAIS	131
1. Dos Fatos Processuais	131
2. Atos Processuais: parte geral.	131
2.1. Conceito.....	131
2.2. Forma dos atos processuais	131
2.3. Segredo de justiça	131
2.4. Negócio jurídico processual e o calendário processual	132
2.4.1. Princípio do debate ou do dispositivo em sentido processual	132
2.4.2. Negócios processuais típicos e atípicos	133
2.4.3. Calendário processual	133
2.5. Prática eletrônica de atos processuais.....	133
2.6. Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ) e Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)	133
2.6.1 Portal de Serviços do Poder Judiciário.....	133
2.6.2. Domicílio Judicial Eletrônico.....	134
3. Atos das Partes	135
3.1. Classificação	135
3.2. Produção imediata de efeitos como regra.....	135
3.3. A desistência da ação.....	136
4. Pronunciamentos do juiz.....	136
4.1. Os Pronunciamentos Judiciais.....	136
4.2. Das Sentenças.....	137
4.2.1. Conceito de sentença	137
4.2.3. Dos capítulos de sentença.....	137
4.3. Classificação das sentenças: terminativas e definitivas	138
4.3.1. Sentenças terminativas.....	138
4.3.2. Sentenças definitivas ou de mérito	138
4.4. Decisões interlocutórias.....	139
4.4.1. Definição e classificação das decisões interlocutórias	139
4.4.2. Decisões interlocutórias típicas e atípicas	139
4.5. Os despachos.....	141
4.6. Decisões Monocráticas e Acórdãos	141
4.6.1. Decisões Monocráticas e Acórdãos.....	141
4.7. Atos ordinatórios.....	141

4.8.	Atos dos auxiliares do juízo	142
5.	Do Tempo Dos Atos Processuais	142
6.	Lugar dos atos processuais.....	143
7.	Dos prazos processuais.....	143
7.1.	Regras gerais sobre os prazos processuais	143
7.2.	Preclusão	145
7.3.	Contagem diferenciada de prazos	145
7.3.1.	Litisconsortes com diversos procuradores	145
7.3.2.	Ministério Público, Defensoria Pública e a Advocacia Pública	146
8.	Comunicação dos atos processuais.....	146
9.	Citação	147
9.1.	Conceito.....	147
9.2.	Efeitos da Citação Válida	147
9.3.	Pessoalidade na citação	147
9.4.	Local para a realização da citação	148
9.5.	Modalidades citatórias	149
9.5.1.	Preferência pela citação por meio eletrônico	149
9.5.2.	Citação por oficial de justiça	150
9.5.3.	Citação por edital.....	151
10.	Das cartas.....	151
11.	Intimação	152
11.1.	Definição	152
11.2.	Intimação realizada pelo advogado.....	152
11.3.	Intimações das pessoas jurídicas de direito público	152
11.4.	Intimação por meio eletrônico	152
11.5.	Intimação por publicação dos atos no órgão oficial	153
12.	Das nulidades	153
13.	Distribuição e do registro	154
13.1.	Obrigatoriedade do registro e da distribuição.....	154
13.2.	Instrumento de procuração como exigência para demandar	154
14.	Do valor da causa	155
14.1.	Indicação do valor da causa	155
14.2.	Definição do Valor da Causa	155
14.3.	Impugnação ao valor da causa.....	156
15.	Questões.....	156

CAPÍTULO 5

TUTELA PROVISÓRIA.....	165
1. Tutelas de urgência e da evidência.....	165
2. Tutela de urgência: antecipada e cautelar	166
3. A tutela antecipada requerida de forma antecedente	166
4. Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela	167
5. Tutela Cautelar antecedente	167
6. Tutela da Evidência	168
7. Estabilização da tutela antecipada.....	169
8. Responsabilidade objetiva	170
9. Questões.....	171

CAPÍTULO 6

DA FORMAÇÃO DO PROCESSO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	175
1. Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	175
2. A Propositura da Ação	175
3. Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida	176
4. Da Suspensão do Processo	176
4.1. Efeito da Suspensão: paralisação do processo	176
4.2. Causas de Suspensão do Processo	177
5. Extinção do Processo	181
5.1. Hipóteses de extinção sem resolução do mérito	181
5.2. Coisa julgada formal	182
5.3. Perempção.....	182
5.4. Extinção com resolução de mérito	182
6. Questões	183

CAPÍTULO 7

PROCEDIMENTO COMUM.....	185
1. Aspectos iniciais	185
2. Petição inicial.....	185
2.1. Requisitos.....	185
2.2. Controle da petição inicial	187
2.3. Vícios da Petição Inicial.....	187
2.4. Pedido	188
2.4.1. Pedido imediato e mediato	188

2.4.2.	Pedido certo	188
2.4.3.	Pedido determinado e genérico.....	189
2.4.4.	Pedido alternativo e subsidiário.....	189
2.4.5.	Cumulação de pedidos.....	189
2.4.6.	Alteração do pedido ou da causa de pedir	190
2.4.7.	Indeferimento da petição inicial.....	190
3.	Improcedência liminar do pedido.....	191
4.	Da audiência de conciliação e mediação	192
5.	Contestação	193
5.1.	Reações possíveis do réu.....	193
5.2.	Momento do oferecimento da contestação	193
5.3.	Intempestividade da contestação	194
5.4.	Princípio da concentração e da eventualidade	194
5.4.	Defesa processual – as preliminares.....	195
5.5.	Ilegitimidade do réu.....	196
5.6.	Protocolo da petição no caso de incompetência relativa ou absoluta ..	196
5.7.	Ônus da impugnação especificada	197
6.	Reconvenção	197
6.1.	Natureza jurídica	197
6.2.	Forma	197
6.3.	Requisitos.....	197
6.4.	Partes na reconvenção.....	198
6.4.1.	Parte autora.....	198
6.4.2.	Parte passiva	198
6.5.	Desistência da ação principal ou causa extintiva	198
6.6.	Procedimento	198
7.	Revelia	199
7.1.	Noção.....	199
7.2.	Efeitos da revelia	199
8.	Providências preliminares e de saneamento.....	199
9.	Julgamento conforme o estado do processo	201
10.	Audiência de instrução e julgamento	201
11.	Provas.....	202
11.1.	Conceito e disposições gerais.....	202
11.2.	Poderes instrutórios do juiz.....	202
11.3.	Princípio da comunhão das provas.....	202

11.4. Prova emprestada	203
11.5. Distribuição do ônus probatório.....	203
11.6. Fatos que independem de prova.....	203
11.7. Direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário.....	203
11.8. Carta precatória com efeito suspensivo	203
11.9. Incumbência da parte e do terceiro	204
11.10. Produção antecipada da prova	204
11.11. Ata notarial	205
11.12. Depoimento pessoal.....	205
11.13. Confissão.....	205
11.14. Exibição de documento ou coisa	206
11.15. Prova documental	206
11.16. Documentos eletrônicos	207
11.17. Prova testemunhal	207
11.18. Prova pericial.....	208
11.19. Inspeção judicial.....	208
12. Questões.....	209

CAPÍTULO 8

SENTENÇA, COISA JULGADA E LIQUIDAÇÃO	219
1. Sentença.....	219
1.1. Conceito	219
1.2. Classificações de sentença	219
1.3. Princípio da adstrição, congruência ou da correlação	220
1.4. Elementos das sentenças	221
1.5. Conteúdo mínimo da sentença.....	222
1.6. Publicação, correção e integração da sentença.....	222
1.7. Efeitos da sentença de mérito.....	223
2. Remessa necessária.....	223
2.1. Natureza	223
2.2. Sujeição à remessa necessária	223
2.3. Dispensa da remessa necessária	224
2.4. Remessa necessária no mandado de segurança.....	224
2.5. Remessa necessária na ação popular	224
3. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa	225

3.1.	Tutela específica da obrigação e resultado prático equivalente.....	225
3.2.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito.....	225
4.	Coisa julgada.....	225
4.1.	Conceito	225
4.2.	Questão principal e questão prejudicial	226
4.3.	Coisa julgada formal e material.....	227
4.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	227
4.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	227
4.6.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	227
4.7.	Coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis</i>	228
5.	Liquidação	228
5.1.	Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigação	228
5.2.	Liquidação Provisória e Definitiva.....	229
5.3.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título.....	229
5.4.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	229
5.5.	Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública	230
5.6.	Iniciativa da Liquidação	230
5.7.	Procedimentos para Apuração do Valor.....	230
5.7.1.	Liquidação por arbitramento	230
5.7.2.	Liquidação pelo procedimento comum	231
5.8.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação.....	231
5.9.	Condenação em verba honorária na liquidação	231
5.10.	Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados	231
5.11.	Liquidação Imprópria	231
6.	QUESTÕES	232

CAPÍTULO 9

	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	237
1.	Disposições Gerais.....	237
1.1.	Princípio do dispositivo	237
1.2.	Intimação do Devedor	237
1.3.	Títulos executivos judiciais	238
1.4.	Competência para a fase de cumprimento de sentença.....	239

1.5.	Admissibilidade do protesto.....	239
1.6.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes.....	240
1.7.	Legitimados no cumprimento de sentença.....	240
2.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	241
2.1.	Cabimento do cumprimento provisório.....	241
2.2.	Regime do cumprimento provisório.....	241
2.3.	Requerimento do cumprimento de sentença	242
2.4.	Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa.....	242
2.4.1.	Execução de parcela incontroversa da sentença.....	242
2.4.2.	Processamento do cumprimento definitivo.....	242
2.4.3.	Intimação do Devedor para cumprimento da obrigação.....	243
2.4.4.	Incidência da Multa de 10% e de honorários advocatícios.....	244
2.4.5.	Outros atos executivos e expropriatórios.....	245
2.5.	Impugnação ao cumprimento de sentença	245
2.5.1.	Aplicabilidade da Impugnação	245
2.5.2.	Natureza jurídica	245
2.5.3.	Prazo para Oferecimento.....	246
2.5.4.	Dispensa da Prévia Garantia	246
2.5.5.	Matérias que podem ser alegadas na impugnação	246
2.5.6.	A Alegação de inexigibilidade diante da coisa julgada inconstitucional.....	247
2.5.7.	Efeito suspensivo.....	247
2.5.8.	Quadro Sintético da Impugnação	249
2.6.	Constituição de capital.....	249
2.6.1.	Patrimônio de afetação	250
2.7.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação em face da Fazenda Pública.....	250
2.7.1.	Procedimento de cumprimento diferenciado	250
2.7.2.	Requerimento de iniciação da fase de cumprimento definitivo da obrigação de pagar quantia certa	250
2.7.3.	Da Intimação do representante judicial da Fazenda Pública ...	250
2.7.4.	Do Não oferecimento da impugnação e os honorários advocatícios devidos na execução	250
2.7.5.	Impugnação ao cumprimento de sentença	251

2.7.6.	A Impugnação parcial e o cumprimento de sentença	253
2.7.7.	Efeito da impugnação	253
2.7.8.	Pronunciamento que decide a impugnação	253
2.7.9.	Da Execução da obrigação de pagar fundada em título executivo extrajudicial	254
2.8.	Precatório e obrigação de pequeno valor	254
2.8.1.	Regime de precatórios.....	254
2.8.2.	Requisições de pequeno valor.....	255
3.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de entregar coisa.....	256
3.1.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	256
3.2.	A obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente...	257
3.3.	Adoção das técnicas executiva e mandamental	257
3.4.	Cumprimento de Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	257
4.	Questões	258

CAPÍTULO 10

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	265	
1.	Tutela jurisdicional diferenciada.....	265
2.	Da ação de consignação em pagamento.....	265
2.1.	Finalidade do Procedimento	265
2.2.	Interrupção da Prescrição	266
2.3.	Consignação Extrajudicial.....	266
2.4.	Legitimidade	266
2.5.	Competência Territorial	266
2.6.	Efeitos da Consignação	267
2.7.	Depósito das Prestações Sucessivas	267
2.8.	Petição Inicial: requisitos intrínsecos.....	267
2.9.	Consignação de coisa indeterminada	267
2.10.	Contestação	267
2.11.	Litisconsórcio Passivo Alternativo	269
3.	Das ações possessórias.....	269
3.1.	A Fungibilidade das Ações Possessórias	269
3.2.	Espécies de Ações Possessórias	269
3.3.	Ações Possessórias e Invasões Coletivas.....	270

3.4.	Pedidos na Ação Possessória.....	270
3.5.	Contestação	270
3.6.	Inviabilidade de Ajuizamento de Ação Petitória Durante o Curso de Ação Possessória.....	270
3.7.	Procedimento da Ação Possessória: posse nova.....	271
3.8.	Exigência de Caução.....	271
3.9.	Posse com força nova e os requisitos da tutela possessória.....	271
3.10.	Contraditório Prévio e as Liminares contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	271
3.11.	Citação do Requerido e Prazo para Resposta	272
3.12.	Posse Velha e Litígio Coletivo	272
3.13.	Ocupação Indevida de Bem Público	272
3.14.	Exercício do Direito de Retenção.....	272
4.	Embargos de terceiro	272
4.1.	Natureza jurídica	272
4.2.	Legitimidade Ativa	273
4.3.	Momento para o oferecimento dos embargos.....	273
4.4.	Competência.....	274
4.5.	Petição inicial.....	274
4.6.	Polo passivo.....	274
4.7.	Tutela Provisória.....	275
4.8.	Sentença.....	275
5.	Habilitação	275
5.1.	Finalidade.....	275
5.2.	Espécies de habilitação	275
6.	Ação monitória	276
6.1.	Finalidade da ação.....	276
6.2.	Distinções em relação ao CPC de 1973.....	276
6.2.1.	Polo passivo ocupado apenas por pessoas capazes.....	276
6.2.2.	Extensão do objeto da ação	276
6.2.3.	Prova oral documentada.....	276
6.2.4.	Ação monitória para cobrança de dinheiro	277
6.2.5.	Admissibilidade da ação monitória em face da Fazenda Pública	277
6.3.	Citação do réu	277
6.4.	Embargos à ação monitória	277

7.	Restauração de Autos.....	278
7.1.	Os Autos Físicos e Eletrônicos.....	278
7.2.	A Inutilização Autorizada de Autos	278
7.3.	O Desaparecimento dos Autos.....	279
7.4.	Procedimento de Restauração.....	279
7.4.1.	Iniciativa para a Instauração do Procedimento	279
7.4.2.	Distribuição da Ação.....	279
7.4.3.	Contraditório.....	280
7.4.4.	Momento da Perda dos Autos	280
8.	Questões.....	280

CAPÍTULO 11

	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	287
1.	Regras Gerais.....	287
1.1.	Títulos Executivos Extrajudiciais.....	287
1.2.	Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução.....	288
1.3.	Ato atentatório à Dignidade da Justiça.....	288
1.4.	Desistência da Execução	289
1.5.	Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor	289
2.	Das Partes	290
3.	Competência	290
4.	Requisitos para realizar qualquer execução	290
5.	Responsabilidade Patrimonial.....	291
6.	Fraude à execução	292
7.	Das diversas espécies de execução.....	293
7.1.	Direito de Preferência.....	293
7.2.	Nulidade da execução	294
8.	Da Execução para a Entrega de Coisa.....	294
9.	Da Entrega de Coisa Incerta	295
10.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer.....	295
11.	Da Execução por Quantia Certa.....	296
11.1.	Disposições Gerais	296
11.2.	Despacho Inicial	297
11.3.	Averbação acautelatória.....	297
11.4.	Citação Inicial	298

11.5.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo	298
11.6.	Penhora	299
11.7.	Avaliação	307
11.8.	Meios Expropriatórios.....	308
11.9.	Satisfação do crédito	314
11.10.	Execução contra a Fazenda Pública	315
12.	Embargos à Execução	315
12.1.	Natureza Jurídica	315
12.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos	316
12.3.	Efeito Suspensivo	317
12.4.	Pronunciamento que decide os embargos.....	318
13.	Suspensão e extinção do processo de execução	318
14.	Execução fiscal.....	319
14.1.	Conceito de execução fiscal	319
14.2.	O cancelamento e a substituição da certidão de dívida ativa.....	319
14.3.	Competência para o Processamento da Execução Fiscal	320
14.4.	Legitimidade Ativa	320
14.5.	Legitimidade Passiva	320
14.5.1.	Regra Geral	320
14.5.2.	Redirecionamento da execução fiscal	321
14.6.	Procedimento da Execução Fiscal	322
14.6.1.	Petição Inicial	322
14.6.2.	Despacho inicial.....	323
14.6.3.	Execução Fiscal Antieconômica e Extinção	323
14.6.4.	Garantia do Juízo	324
14.6.5.	Ordem legal de penhora	325
14.6.6.	Substituição do bem penhorado	325
14.6.7.	Inexistência de Preferência entre Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	326
14.7.	Embargos à Execução Fiscal	327
14.7.1.	Natureza jurídica	327
14.7.2.	Competência para julgamento	327
14.7.3.	Matéria a ser discutida.....	327
14.7.4.	Prazo para oferecimento dos embargos	328
14.7.5.	Exigência de prévia garantia	328
14.7.6.	Efeito Suspensivo	329

14.8. Exceção de Pré-Executividade.....	329
14.8.1. Cabimento.....	329
15. Prescrição Intercorrente	329
16. Recurso – Embargos infringentes de alçada	331
17. Questões.....	332

CAPÍTULO 12

PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E RECURSOS..... 341

1. Quórum Ampliado para o Julgamento e Sustentação Oral.....	341
1.1. A exigência de quórum ampliado.....	341
1.2. Ampliação do quórum na apelação	342
1.3. Ampliação do quórum na ação rescisória	342
1.4. Ampliação do quórum no julgamento de agravo de instrumento	342
1.5. Atuação dos Julgadores Convocados	342
1.6. Sustentação Oral.....	343
2. Incidente de assunção de competência	343
2.1. Admissibilidade do Incidente	343
2.2. Iniciativa	344
2.3. Julgamento	344
2.4. Aplicação do incidente para composição de divergência	344
3. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	344
3.1. Formas de reconhecimento da inconstitucionalidade.....	344
3.2. Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo juiz de primeiro grau.....	345
3.3. Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo tribunal	345
3.4. Legitimidade para a arguição	346
3.5. Cisão de competência.....	346
3.6. Vedação de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial	346
3.7. Permissão de manifestação das pessoas jurídicas de Direito público	346
3.8. Intervenção dos legitimados à propositura de ação de controle de constitucionalidade	346
3.9. Intervenção do <i>amicus curiae</i>	346
4. Conflito de competência.....	347
4.1. As Espécies de Conflito de Competência	347
4.2. Competência para o Julgamento	347
5. Ação rescisória	348
5.1. Conceito.....	348

5.2.	Objeto da Ação Rescisória	348
5.3.	A rescisão de Apenas um Capítulo da Decisão	350
5.4.	Competência para Julgamento	350
5.5.	Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente	351
5.6.	Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	351
5.7.	Observância do prazo decadencial	352
5.8.	Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa	354
5.9.	Hipóteses indicadas no art. 966 CPC.....	354
5.10.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória	355
5.11.	Polo Passivo	356
5.12.	Não impedimento à execução	356
5.13.	Indeferimento da petição inicial.....	356
5.14.	Improcedência Liminar do Pedido.....	356
5.15.	Resposta do réu	357
5.16.	Prescrição intercorrente	357
6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	357
6.1.	Finalidade.....	357
6.2.	Abrangência	357
6.3.	Legitimação	357
6.4.	Vinculação	358
6.5.	Suspensão de todos os processos determinada pelo STF ou pelo STJ	358
7.	Reclamação.....	358
7.1.	Natureza Jurídica e Finalidade	358
7.2.	Inadmissibilidade	359
7.3.	Transcendência dos Motivos Determinantes	359
8.	Recursos: Parte Geral.....	359
8.1.	Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....	359
8.2.	Princípios Recursais.....	359
8.3.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos.....	363
8.3.1.	Os requisitos intrínsecos	363
8.3.2.	Requisitos extrínsecos.....	366
8.4.	Efeitos dos recursos.....	369
8.5.	Do recurso adesivo	371
8.5.1.	Observações gerais	371
8.5.2.	O recurso adesivo como espécie do recurso subordinado	371
8.6.	Do recurso parcial.....	372
9.	Recursos em espécie	372

9.1.	Apelação.....	372
9.2.	Agravos (Agravo de Instrumento e Agravo Interno)	374
9.2.1.	Agravo de Instrumento	374
9.2.2.	Agravo Interno	375
9.3.	Embargos de declaração.....	376
9.4.	Embargos de Divergência	376
9.5.	Recurso Ordinário.....	377
9.6.	Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	377
9.6.1.	Cabimento	377
9.6.2.	Concessão de efeito suspensivo.....	378
9.6.3.	Juízo de Admissibilidade.....	378
9.6.4.	Interposição conjunta do recurso extraordinário e do recurso especial	378
9.6.5.	Questão constitucional constatada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	378
9.6.6.	Ofensa reflexa à Constituição	379
9.6.7.	Efeito devolutivo no recurso extraordinário ou no especial ...	379
9.6.8.	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais	379
9.6.9.	A escolha dos recursos representativos da controvérsia	379
9.6.10.	Decisão de afetação.....	379
9.6.11.	Requerimento de destravamento – caso distinto	379
9.6.12.	Extensão da decisão proferida nos recursos afetados	380
9.6.13.	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	380
9.6.14.	Relevância das questões de direito federal infraconstitucional	380
9.7.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	381
9.8.	Embargos de Divergência	381
9.8.1.	Cabimento	381
9.8.2.	Confronto de teses.....	381
9.8.3.	Interrupção de Prazo para o Recurso Extraordinário.....	381
10.	Questões.....	382

CAPÍTULO 13

AÇÕES CONSTITUCIONAIS E PROCESSO CIVIL NOS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

		395
1.	Mandado de Segurança.....	395
1.1.	Conceito.....	395
1.2.	O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança.....	396

1.3.	Legitimidade ativa e passiva no mandado de segurança individual	397
1.4.	A autoridade apontada como coatora.....	398
1.5.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade	399
1.6.	Limitação à utilização do mandado de segurança	399
1.7.	Competência	400
1.8.	Tutela provisória.....	400
1.9.	Desistência da ação	401
1.10.	Sentença e coisa julgada no mandado de segurança	401
1.11.	Cumprimento de Sentença	402
1.12.	Os recursos no mandado de segurança	402
1.13.	Mandado de Segurança Coletivo.....	404
1.14.	Execução Individual da Sentença Coletiva	404
1.15.	Sustentação oral em Tribunal.....	404
2.	Ação civil pública	405
2.1.	Interesses tutelados pela lei da Ação Civil Pública	405
2.2.	Dos entes legitimados	407
2.3.	Competência	408
2.4.	Coisa julgada.....	408
2.5.	Litispêndência para as ações individuais	409
2.6.	Inquérito civil	409
2.7.	Termo de ajustamento de conduta	410
3.	Ação popular	410
3.1.	Definição	410
3.2.	Legitimação para a propositura da ação popular	410
3.3.	Polo passivo.....	411
3.4.	Do Procedimento da Ação Popular.....	411
3.5.	Da Sentença na Ação Popular	411
3.6.	Da Coisa Julgada	412
3.7.	Remessa Necessária.....	412
4.	Habeas data	412
4.1.	Previsão constitucional e regulamentação procedimental	412
4.2.	Legitimidade	413
4.3.	Condições específicas para a ação	413
4.4.	Aspectos procedimentais	413
4.5.	Competência	414
5.	O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade	414
5.1.	Observações Gerais.....	414

5.2.	Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade	415
5.3.	Medida Cautelar	415
5.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	415
5.5.	Ações Cíveis Constitucionais	416
5.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	416
6.	Questões.....	416

CAPÍTULO 14

JUIZADOS ESPECIAIS.....	429
1. Princípios informadores.....	429
2. Juizados Especiais Cíveis	429
2.1. Competência	429
2.2. Das causas excluídas da competência dos juizados	430
2.3. Da competência territorial	431
2.4. Participação no processo	432
2.5. Da vedação da intervenção de terceiros	432
2.6. Dos conciliadores e dos juízes leigos.....	432
2.7. Da equidade	433
2.8. Da conciliação e da instrução e julgamento.....	433
2.9. Do recurso inominado	433
2.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	434
2.11. Recurso extraordinário.....	434
2.12. Não cabimento do recurso especial	434
2.13. Reclamação	434
2.14. Do não cabimento da ação rescisória.....	435
3. Juizados Especiais da Fazenda Pública	435
3.1. Criação.....	435
3.2. Competência	435
3.3. Partes.....	436
3.4. Inexistência de Prazos Diferenciados.....	436
3.5. Recursos	436
3.6. Cumprimento de Sentença	437
4. Juizados Especiais Federais.....	437
4.1. Competência	437
4.2. Procedimento	438
4.3. Recursos	439
5. Questões.....	442